

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA FIGUEIRA DA FOZ

Anúncio n.º 6847-FI/2007

A juíza de direito, Dr.ª Cristina Seixas, do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca da Figueira da Foz, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 182/04.2GCCNT, pendente neste Tribunal contra o arguido Pedro Manuel Gomes Pereira, filho de Mário Augusto Pinto Pereira e de Rosa Gomes da Cunha Pereira, natural de Portugal, Figueira da Foz, São Julião da Figueira da Foz, Figueira da Foz, de nacionalidade portuguesa, nascido em 29 de Março de 1973, divorciado, com a profissão de manobrador de carro pesador, titular do bilhete de identidade n.º 11268219, com domicílio na Rua do Catavento, sem número, Cova, 3080 Figueira da Foz, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 4 de Novembro de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 7 de Setembro de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

11 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Cristina Seixas Maria*. — O Escrivão-Adjunto, *João Paulo Almeida*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Anúncio n.º 6847-FJ/2007

A juíza de direito, Dr.ª Mónica Carvalho, da Secção Única do Tribunal da Comarca de Figueiró dos Vinhos, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 177/05.9GCFVN, pendente neste Tribunal contra o arguido Cláudio Mendes Simões, filho de Manuel da Piedade Simões e de Ester da Conceição Mendes Simões, natural de Zimbabué, de nacionalidade portuguesa, nascido em 21 de Novembro de 1972, solteiro, com a profissão de acabador - madeiras, titular do bilhete de identidade n.º 09811813, com domicílio na Rua Quinta Santo António, Rua Glória Barata Rodrigues, Lote 68, Cave 1, Marrazes, 2400 Leiria e, actualmente em parte incerta de França, por se encontrar acusado da prática de um crime de dano simples, previsto e punido pelo artigo 212.º do Código Penal, praticado em 10 de Outubro de 2005, foi o mesmo declarado contumaz, por despacho proferido em 11 de Setembro de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

13 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Mónica Carvalho*. — O Escrivão-Adjunto, *José Pinheiro*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DO FUNCHAL

Anúncio n.º 6847-FL/2007

A juíza de direito, Dr.ª Paula Cristina Simões Moreira, do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca do Funchal, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 239/00.9JAFUN, pendente neste Tribunal contra o arguido Paulo Sérgio Pinto Abreu Macedo, filho de Agostinho Humberto Pinto de Abreu Macedo e de Maria Dulcina da Silva Macedo, natural de Câmara de Lobos, de nacionalidade portu-

guesa, nascido em 12 de Julho de 1979, casado, com profissão desconhecida ou sem profissão, titular do bilhete de identidade n.º 11880861, com domicílio na 80 Chrischurch Road, London Sw2 De, Grã-Bretanha, por se encontrar acusado da prática de um crime de falsificação de documento, previsto e punido pelo artigo 256.º do Código Penal, praticado em 5 de Agosto de 1999, por despacho de 23 de Agosto de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

29 de Agosto de 2007. — A Juíza de Direito, *Paula Cristina Simões Moreira*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria da Paz Fernandes*.

Anúncio n.º 6847-FM/2007

O juiz de direito, Dr. Filipe Loja, do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca do Funchal, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 3600/01.8PBFUN, pendente neste Tribunal contra o arguido João José da Silva Viveiros, filho de João Fernandes Viveiros e de Júlia Silva da Levada Viveiros, natural de Calheta, de nacionalidade portuguesa, nascido em 21 de Setembro de 1973, casado, com a profissão de empregado de balcão, titular do bilhete de identidade n.º 10546841, com domicílio na Avenida Luís de Camões, Bloco 3, rés-do-chão esquerdo, São Pedro, 9000-168 Funchal, por se encontrar acusado da prática de três crimes de ofensa à integridade física qualificada, previsto e punido pelos artigos 143.º, n.º 1, e 146.º, com referência ao artigo 132.º, n.º 2, alínea h), todos do Código Penal, praticado em 17 de Dezembro de 2001, foi o mesmo declarado contumaz, em 13 de Julho de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

10 de Setembro de 2007. — O Juiz de Direito, *Filipe Loja*. — A Escrivã-Adjunta, *Nazaré Nóbrega*.

Anúncio n.º 6847-FN/2007

O juiz de direito, Dr. Filipe Loja, do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca do Funchal, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 149/06.6TAFUN, pendente neste Tribunal contra o arguido Luís Gregório Silva Sá, filho de Luís Vicente Sá e de Maria Olga Catanho da Silva Sá, natural de Portugal, Funchal, Monte, Funchal, de nacionalidade portuguesa, nascido em 13 de Fevereiro de 1959, casado, com a profissão de corretor, titular da identificação fiscal n.º 171449657 e do bilhete de identidade n.º 5216191, com domicílio na Estrada do Livramento, 113/115, Funchal, 9000-231 Funchal, por se encontrar acusado da prática do crime de desobediência simples, previsto e punido pelo artigo 348.º, n.º 1, alínea a), do Código Penal, praticado em 1 de Novembro de 2004, por despacho de 23 de Agosto de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter prestado o termo de identidade e residência.

10 de Setembro de 2007. — O Juiz de Direito, *Filipe Loja*. — A Escrivã-Adjunta, *Nazaré Nóbrega*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DO FUNCHAL

Anúncio n.º 6847-FO/2007

O juiz de direito, Dr. Jorge Alexandre Almeida da Silva, do 2.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca do Funchal, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 2224/02.7TAFUN, pendente neste Tribunal contra o arguido Luís Filipe Duarte Martins, filho de Fernando de Almeida Martins e de Maria do Rosário Ferreira Duarte, natural de Funchal, São Pedro, Funchal, de nacionalidade portuguesa, nascido em 3 de Setembro de 1962, titular da identificação fiscal n.º 165243511 e do bilhete de identidade n.º 6111738, com domicílio na Rua de Cabo